



Representantes de Escola



Subsídios

Encontro dos Professores

13 de novembro de 2015

Edição nº 15

Boletim

Esta edição do “Boletim Representante”, a de nº 15, é o resultado da sistematização das análises encaminhadas à coordenação do Encontro pelos Diretores e Diretoras das Sedes Regionais e do que foi discutido na Sede Central a respeito da prática pedagógica, da vivência cotidiana dos profissionais e organização da escola.

O objetivo do Boletim é subsidiar o Encontro dos Professores Representantes de Escola e reafirmar o entendimento desse espaço como possibilidade de participação, análise de questões relacionadas à profissão, discussão dos problemas profissionais e aprofundamento das nossas concepções de Educação e Carreira.

Qual o significado de Educação, de Escola Pública para os associados do CPP? Quais os seus anseios? Como o professor e professora entendem a representatividade? Se não nos escutarmos, não reponderemos a estas e outras perguntas. Se nos negarmos a escutar a todos e todas, não exerceremos a democracia.



DOS RELATÓRIOS

Os profissionais da educação analisam a sua prática na escola

“É preciso conhecer as forças do mundo para colocá-las a trabalhar”

José Martí

Nos relatórios encaminhados pelos Diretores e Diretoras Regionais e nas conclusões a que chegamos durante os Encontros na Sede Central, percebemos que grande parte da frustração em relação à profissão e, conseqüentemente, do desânimo para enfrentar as tarefas cotidianas na escola está enraizada, principalmente:

① Nas políticas de governo para a educação:

Nos relatórios os participantes do Encontro questionam a falta de foco e a segmentação das políticas públicas para a Educação. Para eles, as reformas educacionais, na maioria das vezes, têm um impacto negativo na identidade e no trabalho docente e, portanto, na qualidade de ensino.

Esta análise se deve ao fato de que as políticas não são uniformes (por exemplo: os projetos pilotos), algumas são abandonadas, modificadas ou retomadas sem que a categoria tenha feito uma avaliação ou, muitas vezes, até incorporado de forma consciente as novas proposições em seu cotidiano.

Os Representantes também apontam a dificuldade que encontram para efetivar as propostas do governo devido à falta de apoio institucional: formação continuada, material didático-pedagógico apropriado. Enfim, de forma geral, as políticas tornam o trabalho docente mais fragmentado e “precarizado”.

Quanto à valorização do profissional, os Representantes reafirmam as análises feitas durante todo o ano de 2015: não existe uma política salarial, a carreira não é valorizada e as leis que tratam da vida funcional não beneficiam a maioria e excluem os aposentados.

② Nas condições de trabalho:

Outro problema levantado foi a sobrecarga de funções sociais da escola e dos professores e professoras: exercer o ofício, ser psicólogo, orientador, etc., além das tarefas burocráticas, como o diário de classe digital.

As famílias estão confundindo escolarização com educação. É preciso lembrar que a escolarização é apenas uma parte da educação. Educar é tarefa da família. Muitas vezes, o casal não consegue, com o tempo que dispõe, formar seus filhos e passa a tarefa ao professor responsável por 35, 40 alunos.

Mario Sergio Cortella

Em alguns relatórios os professores e professoras se veem como um trabalhador multitarefa, que precisa vencer muitas barreiras para ser criativo e autônomo.

O grande número de estudantes em sala de aula é citado pela maioria como outra razão da dificuldade para adotar estratégias diferenciadas, como o trabalho com pesquisa ou em grupos.

O medo de enfrentar a violência, de não conseguir controlar uma classe, a necessidade de improvisar diante de situações não planejadas e a rotina foram questões bastante analisadas, sendo a conclusão uma só: esta situação causa desânimo, adoecimento, licenças saúde e o abandono da profissão.

Nesse contexto, o descontentamento com a própria atuação aumenta, bem como a exaustão emocional provocada também pela necessidade do docente estabelecer um vínculo afetivo com o estudante, vínculo necessário para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva.

As análises apontam para o descuido com a construção da cultura organizacional da escola: a falta de espaço dificulta a organização dos estudantes (não há salas para o Grêmio), atrapalha o trabalho coletivo, o desenvolvimento de atividades diversificadas, como teatro, exposições. Os Representantes consideram, ainda, o horário para reuniões e capacitação insuficiente.

A este quadro, soma-se a adoção de atitudes arbitrárias e burocráticas adotadas em muitas escolas com relação à utilização dos espaços, inclusive da sala de informática.

A arbitrariedade está presente também, em muitos casos, quando da aplicação da lei pela própria equipe gestora da escola, levando à desobediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente, tanto por parte de docentes como dos estudantes.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...

Rubem Alves

Nos relatórios os professores e professoras concluem que as políticas de governo, alicerçadas nas leis, por não articularem as condições de trabalho, a formação inicial e continuada, a jornada e salário de todos os profissionais da educação, bem como a organização e funcionamento da escola, criam uma cultura que os responsabiliza pela crise da escola pública. Essa “culpabilização” foi incorporada pelas mídias, pela sociedade e por muitos profissionais.

A condição de “culpado” é, para muitos, uma das razões da violência nas escolas. A sociedade, pais, estudantes veem a escola como uma instituição não confiável e este pensamento é um dos passos em direção à violência.

A visão distorcida da identidade profissional torna difícil ao próprio professor e professora verem-se como educadores, como parte de uma categoria. Esta visão dificulta a construção da identidade profissional que dê significado social à profissão e, é claro, à escola.

O profissional da educação sabe o que quer

O financiamento da Educação não deve ser tratado pela ótica contábil dos recursos, mas como instrumento para garantir a escola pública de qualidade para todos, a carreira e salários dignos para os que estão na ativa e os aposentados. Se o governo deseja que a escola tenha boa qualidade, que a gestão seja democrática, que a todos os estudantes sejam garantidos o acesso e a permanência com sucesso na escola, é preciso que trate a Educação como prioridade, como direito do cidadão e cidadã.

Quanto às condições de trabalho, os docentes, nos relatórios, propõem uma política que reduza o número de estudantes na sala de aula; a adoção de material didático-pedagógico de qualidade e de acordo com as necessidades da escola; a organização dos espaços para reuniões, laboratório, bibliotecas; a garantia de acesso aos bens culturais tanto para os estudantes quanto para os professores e professoras. Além disso, para eles, é necessária a contratação de grupos interprofissionais para orientá-los e dar conta dos papéis que não são específicos do educador.

A valorização dos profissionais da educação é, segundo os Representantes, fundamental, por isso propõem: o estabelecimento de uma política salarial; a construção coletiva do Plano de Carreira e Estatuto que contemplem uma política salarial digna para os que estão na ativa e para os aposentados, bem como para atrair novos profissionais; a equiparação salarial dos educadores com outros profissionais da mesma formação.

Para finalizar: a qualidade e número dos relatórios têm crescido ano a ano. Esperamos que a discussão/análise do tema continue sendo um forte componente do Encontro dos Professores Representantes de Escola do CPP.

José Maria Cancellero
Presidente do CPP

Maria Cláudia de Almeida Viana Junqueira
Coordenadora do Encontro

Organização e redação: Maria Claudia de Almeida Viana Junqueira.

Revisão: Antonia Amorim Alves. **Layout:** Adriana Lúcia Rodrigues

*Feliz Natal
e Próspero
Ano Novo*

Agradecemos sua presença nos Encontros

